

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2016

Aos 22 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta e seis minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ António Toledo Alves ■ Artur da Câmara Machado ■ Davide Câmara ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ Irina dos Santos Mendes Pimentel ■ Isabel Maria Diniz Berbereia ■ João Carlos Castro Tavares ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ João Manuel Teixeira Salvador ■ José Eduardo Vieira Pimentel ■ José Fraga Ferreira Machado ■ José Machado Ferreira dos Santos ■ Luís Leonel Teixeira Salvador ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Manuel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Sandra da Silva Mendes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:

Henrique Ferreira dos Santos

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Elsa Maria Costa Silva Costa ■ Francisco José Lopes Câmara ■ Honorato Bettencourt Lourenço ■ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ■ Manuel Conde Bettencourt ■ Manuel Jorge da Silva Melo ■ Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa ■ Péricles Pereira Ortins ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Artur Manuel Leal de Lima ■ Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Mário José Correia da Silva ■ Michele Soveta Aguiar.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Fernando Francisco de Paiva Dias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ José Gaspar Rosa de Lima ■ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

A ata da sessão de 05 de fevereiro de 2016 foi posta à discussão:

Sr. d. m. Mário Silva: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Como consta da ata da sessão anterior da Assembleia, o senhor deputado Artur Lima colocou uma questão a respeito das Sanjoaninas, o senhor presidente da Câmara anunciou que a senhora vereadora responderia mas penso que acabou por não o fazer porque não consta da ata.

Sr. d. m. João Santos: – Bom dia a todos. Não se tratou de um diálogo entre a senhora vereadora e o senhor deputado em que a senhora vereadora ficou de lhe entregar uma informação pessoalmente? Presumi que fosse essa a justificação para não constar da ata, uma vez que não tinha sido audível porque a senhora deputada teria prestado essa informação pessoalmente e o senhor deputado não se manifestou.

Sr. d. m. Mário Silva: – Apenas coloquei a questão porque não encontrei na ata a resposta da senhora vereadora.

Sr. presidente da Mesa: – Bom dia. De facto, não há nada transcrito porque a senhora vereadora não interveio na forma de resposta direta e entregou os documentos ao senhor deputado Artur Lima.

Sr. d. m. João Santos: – Para memória futura, e para que não fique a dúvida de que a senhora vereadora tenha fugido à resposta, poderá ser acrescentada uma nota dando conta de que a senhora vereadora entregou ao senhor deputado Artur Lima os documentos solicitados.

Sr. d. m. Mário Silva: – Então deve ser referido que essa entrega não constou da ata e foi feita de modo particular porque estamos a falar aqui de coisas oficiais e não particulares.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado, não estou a falar em coisas particulares. Deve constar da ata que a resposta da senhora vereadora ao senhor deputado Artur Lima foi na forma da entrega dos documentos por ele solicitados.

Sr. presidente da Mesa: – Na próxima ata será colocada a questão por escrito para que não restem quaisquer dúvidas.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente de Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. O conteúdo da ata é gravado, depois passado a escrito e enviado para as pessoas. Não há nenhuma correção ao nível do português? Se um deputado disser: «eles disserem, fizerem ou comerem», fica transcrito mesmo assim ou alguém corrige?

Sr. presidente da Mesa: – Tenta-se evitar esse tipo de situações. O senhor 1º secretário tem o cuidado de rever as atas e a gravação áudio mantêm-se arquivada. A ata transcreve o essencial do que é dito, tentando corrigir as questões que o senhor deputado acabou de referir.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A minha intervenção tem a ver com o interesse pessoal que tive em ler as minhas intervenções e, a dado passo, em vez de «deméritos» aparece «desméritos». Normalmente costumo dizer «deméritos» mas admito a hipótese de ter dito uma asneira no meio daquele entusiasmo todo. Agradeço a possibilidade de mais uma voltinha pelo texto para corrigir.

Verificada a gravação áudio da sessão anterior da Assembleia, constatou-se que o senhor deputado Manuel Conde Bettencourt efetivamente referira «deméritos» em vez de «desméritos» e foi feita a devida correção como consta no 1º parágrafo da página 30 da referida ata.

Não se registaram mais intervenções. A ata da sessão de 05 de fevereiro de 2016 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados e dando conta dos seguintes pontos:

- Atas e minutas das deliberações das reuniões da Câmara Municipal.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Fernando Alberto Ferreira: – Muito bom dia. Como o senhor presidente da Assembleia referiu, o meu nome é Fernando Alberto Ferreira e resido na Rua do Meio de S. Pedro N° 6 em Angra do Heroísmo.

Agradeço ao senhor presidente da Mesa por me conceder a possibilidade de intervir nesta Assembleia Municipal e cumprimento todos os seus membros, assim como o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores.

Passo a informar as razões que me levaram a tomar esta iniciativa, num ato de cidadania, a respeito do estacionamento tarifado na cidade de Angra do Heroísmo, mais concretamente devido à interpretação da empresa DATAREDE, S. A. relativamente às alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 14 que reconhece a isenção.

O pedido de isenção faz-se através de um impresso próprio fornecido pela referida empresa, impresso esse que deverá ser do conhecimento da Câmara Municipal, e exige a apresentação dos seguintes documentos:

A - Cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte.

B - Carta de condução.

C - Atestado de residência passado pela respetiva junta de freguesia.

D - Título de registo de propriedade do veículo ou documento único e declaração da entidade empregadora que comprove o direito de utilização do veículo.

E – Documento comprovativo da posse do imóvel onde reside, designadamente certidão da Conservatória do Registo Predial ou contrato de arrendamento.

Os números 6 e 7 do artigo 14 deixam a porta escancarada a outras exigências como é tendência dos legisladores que deixam sempre uma *nuance* para que se possa exigir outros documentos.

Para além dos documentos referidos, a DATAREDE, S. A. pede o documento do IUC (Imposto Único de Circulação), que não está previsto no artigo 14, e pede também a folha verde do seguro. Segundo sei, a PSP e a GNR não querem saber do documento do IUC e a verificação do seguro da viatura é feita por estas autoridades nas operações STOP e outras fiscalizações de trânsito.

De acordo com informação do funcionário da empresa que já citei, não aceitam o atestado de residência passado pelas juntas de freguesia porque sabem que as juntas dão jeitos aos amigos. Quanto lá fui pedir o atestado, a própria funcionária da junta de freguesia de S. Pedro, ao questionar-me para que fim se destinava, confirmou que eles não aceitariam o atestado da junta de freguesia, o que considero uma atitude muito grave porque põem em causa a idoneidade da autarquia.

Não faz sentido que uma empresa, privada neste caso, afirme que uma junta de freguesia dá jeitos aos amigos. Para além da morosidade do deferimento com prejuízo para os munícipes, aos filhos que habitem com os pais é também exigida uma declaração da junta de freguesia.

Também tenho dúvidas quanto à garantia da proteção de dados e se é legal que uma empresa privada exija fotocópias dos vários documentos, designadamente o cartão de cidadão e a carta de condução. Estou convicto de que deveria ser a Câmara Municipal a conceder e a controlar o reconhecimento das isenções de estacionamento aos residentes.

Se me permite, entrego ao excelentíssimo presidente da Câmara Municipal, fotocópias do formulário do cartão de estacionamento de residente e do modelo e declaração comprovativa de que o descendente reside. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Pode proceder à entrega dos documentos ao senhor presidente da Câmara.

Sr. presidente da Câmara: – Esta é uma questão recorrente. Recebemos com grande frequência muitas reclamações sobre o estacionamento em Angra. O contrato existente entre o município e esta empresa foi feito à luz do regulamento que então estava em vigor. Quaisquer alterações substanciais ao regulamento devem ser de alguma maneira consensualizadas ou negociadas com a empresa.

Nestas últimas semanas tivemos por parte da empresa uma situação de flagrante desrespeito pelo regulamento ao repartir as zonas em subzonas, afirmando que os residentes apenas poderiam estacionar em determinadas ruas. Ainda não conseguimos comprovar essa situação, estamos a investigar o assunto e gostaríamos de alterar isto.

A matéria referente ao regulamento é da competência desta Assembleia e a Câmara deve fazer a proposta. Já manifestámos a intenção de alterar e volto a fazê-lo. Vamos trabalhar no sentido de consensualizar uma alteração para simplificar estas questões e colocar um travão noutras matérias onde tem havido um abuso contratual inaceitável por parte da empresa. Trata-se de uma matéria que terá que ser decidida por esta Assembleia e estou seguro que o fará a favor dos munícipes. Dou toda a razão ao senhor Fernando e a muitos outros que se têm queixado da mesma coisa.

Este é um problema complicado e recorrente na cidade de Angra. Temos tido demasiadas situações com a colocação de entraves e problemas às pessoas por parte da empresa que, na maior parte dos casos, não fazem sentido. Fica o compromisso da Câmara de trabalhar no sentido de resolver esta questão, embora com as limitações que infelizmente todos conhecemos.

Sr. d. m. Artur Lima (para uma interpelação à Mesa): – Muito bom dia senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Eu não estava presente aquando a intervenção do meu colega Mário Silva a respeito da ata. A senhora vereadora Raquel Ferreira deve ter-se confundido e entregou os documentos a algum Artur, mas não a mim; terá sido ao senhor Artur Machado ou a outro qualquer. A senhora vereadora não me entregou nenhum documento na última reunião da Assembleia Municipal, muito menos documentos com contas das Sanjoaninas, dos quais eu teria boa memória.

Sr. presidente da Câmara: – Senhor deputado Artur Lima, eu também tenho alguma memória e os documentos que foram entregues eram as cópias de dois contratos. Estavam na minha mão e entreguei-os à senhora vereadora que depois os foi entregar aí. Se não os entregou, vai-se buscar outra cópia e entrega-se agora.

Sr. d. m. Artur Lima: – A senhora vereadora referiu que me entregou documentos; sem querer ser desagradável, repito que a senhora vereadora não me entregou nada.

Sr. presidente da Câmara: – Tenho quase a certeza que entregou mas não vale a pena discutirmos o assunto porque é uma questão de memória. Os documentos estavam na minha mão e daqui saíram. Eram dois contratos celebrados com quem faz os carros dos desfiles. Se não entregou, vai-se buscar uma cópia e entrega-se já.

Sr. d. m. João Santos: – Aproveitando a intervenção do senhor Fernando Ferreira, lanço o desafio ao senhor presidente da Câmara para que continue o excelente trabalho no âmbito de desburocratização. Os que tratam de processos nesta Câmara percebem as diferenças de hoje em relação ao que se passava há 4, 5 ou 6 anos. Se há um documento que contém quase toda a informação do cidadão, não vejo a necessidade da exigência de mais documentos ou provas.

Sr. presidente da Câmara: – O assunto que o senhor Fernando Ferreira aqui trouxe merece esse tratamento porque estamos a gerar uma burocracia desnecessária. Quando comparamos os documentos que aqui dão entrada e se destinam à Câmara, com os documentos da empresa relativos a um assunto conexo que deveria ser municipal, acaba por haver uma distinção inaceitável. Fica o desafio a todos nós porque quem vai aprovar isto é esta Assembleia e aceitamos todas as colaborações.

Do lado da Câmara estamos a aceitar os requerimentos por via eletrónica sem a necessidade de qualquer identificação e depois aparece uma empresa que só não exige coisas mais íntimas porque ainda não se lembrou. Vamos tentar resolver isto.

Sr. d. m. Artur Lima: – Para dar uma achega à intervenção do município Fernando Ferreira, eu acabei por desistir de fazer o selo de residente para o carro da minha filha. Há cerca de um mês, a senhora ministra da justiça lembrava em Ponta Delgada que é proibido fotocopiar o cartão de cidadão e a lei é bem clara. Às vezes pedem-nos isso nos bancos e noutros locais mas estamos a autorizar uma ilegalidade.

Temos que tomar medidas urgentes e ser mais duros com essa empresa porque não nos pedem tanta coisa quando vamos tratar de um passaporte ou de outra coisa qualquer. É demasiada a exigência, arrogância e prepotência dessa empresa no trato com os municípios, embora essa relação tenha melhorado um pouco após a última reunião que se fez na Câmara em que o senhor presidente terá dito alguma coisa.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Voltando às nossas máquinas que são uma fonte permanente de frustração para os municípios, quem calcorreia as ruas da cidade e utiliza uma máquina aqui e outra acolá verifica a disparidade de equipamentos, alguns com uma apresentação obsoleta que, em linguagem terceirense, deveriam ir diretamente para a Chanoca.

Junto ao edifício da florestal ao pé da escola secundária de Angra há uma máquina com o teclado de lado; parece que alguém lhe deu um murro e a máquina não funciona. As máquinas não dão trocos, ao contrário do que acontece em qualquer parte do mundo. Dá-me a ideia de se tratar de uma questão estratégica porque assim o cliente paga sempre mais do que o tempo que supostamente irá utilizar e é dinheiro para a empresa. Já não sei o que dizer. Talvez a murro, mas isso não seria muito civilizado.

Esta empresa lança um grande desconforto nos clientes. As câmaras falam com voz grossa mas a voz parece não intimidar ou fazer com que a firma mude de comportamento e seria uma grande vitória se o conseguíssemos.

Sr. d. m. João Santos: – Não tenho qualquer interesse na empresa porque nem tudo funciona mal e o que funciona bem precisa de alguns ajustes. Não identifico os problemas que o senhor deputado referiu porque não utilizo as máquinas de parquímetro; utilizo a aplicação que é muito simples, funciona extremamente bem, é intuitiva e muito prática e o estacionamento sai mais barato porque fica a um centimo por minuto e pode-se pagar ao minuto. No entanto, gostaria de alertar para o facto de, há uns tempos para cá, aparecerem ruas com «troço A e troço B» ou vários troços de ruas e algumas em falta.

Sei de quem já teve problemas por ter estacionado numa determinada rua que não constava da aplicação. É preciso que a aplicação identifique todas as ruas ou considere que o estacionamento possa ser efetuado em qualquer rua da zona a que se refere o pagamento.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados e público presente.

Solicito à Mesa a inclusão na Ordem de Trabalhos de um voto de louvor ao Sport Club Lusitânia pela conquista do título de campeão de futebol dos Açores na época 2015/2016.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

As minhas questões são do foro ambiental com incidência na saúde pública, temática que deve ser particularmente sensível ao senhor presidente da Câmara face ao seu extenso currículo nesta área que já tive a oportunidade de apresentar detalhadamente nesta Assembleia.

Passaram alguns meses desde que o senhor presidente da Câmara nos facultou o inventário sobre os edifícios do concelho que contêm fibrocimento e amianto, ainda que o referido documento não contemplasse equipamentos com o mesmo problema.

Todos temos a noção de que, nalguns casos, é mais sensato não remover o amianto desde que estejam reunidas condições satisfatórias de segurança, mantendo-o em bom estado de conservação e confinando-o, isto é, controlando-o e gerindo-o no local, mas também sabemos que nem sempre isto ocorre e estas condições não estão reunidas em alguns edifícios.

Não nos podemos esquecer que todas as variedades de amianto são agentes cancerígenos de classe 1 e neste inventário existem edifícios escolares em que as crianças estão expostas ao problema. Pergunto-lhe se já foram colocadas em prática algumas medidas de mitigação e se prevê que outras sejam tomadas num curto espaço de tempo.

Outro problema de saúde pública prende-se com a praga das ratazanas, cujo comportamento, assim como qualquer outra praga, é condicionado pelo seu potencial biótico e pela resistência ao ambiente, podendo levar à classificação de inimigo potencial ou permanente.

Enquanto existir excesso de alimento como o lixo doméstico, as populações irão crescer em progressão geométrica. Não existindo um equilíbrio dinâmico e se a praga não for combatida de forma eficaz, teremos uma explosão ecológica num curto prazo de tempo.

Estamos a falar de uma espécie que transporta inúmeras doenças, possui uma enorme capacidade de reprodução e adaptação ao ambiente, torna-se cada vez mais resistente aos venenos, ataca e destrói as culturas. Entre muitas outras características, são animais esquivos e agressivos quando se sentem ameaçados e os seus predadores naturais são escassos. Tratando-se de uma ilha, o combate a qualquer espécie pode ser rápido e eficaz mas se não for feito atempadamente pode abalar fortemente a população em diversas áreas.

Não me parece que esteja patente o princípio da precaução e da responsabilização nas atitudes leigas face a este problema ou na compreensão da intrincada cadeia que rege a lei do ecossistema. Por este motivo, as entidades competentes, neste caso o senhor, devem ter uma responsabilidade redobrada e eficaz, o que não me parece que esteja a acontecer.

Pergunto-lhe porque este combate se está a processar em modo faseado com a aplicação de veneno às prestações. Não lhe parece que estas medidas de mitigação deveriam decorrer numa ação conjunta? Não estaremos a contribuir para que estas ratazanas se tornem cada vez mais resistentes? Faz sentido que uma freguesia se empenhe a combater estas pragas caso a freguesia vizinha não tome qualquer medida? Não deveriam existir ações de sensibilização à população?

É desagradável levarmos o lixo a um contentor e vermos saltar uma ratazana de repente como já me aconteceu. Isto não cabe na cabeça de ninguém e o senhor deve tomar medidas mais eficazes.

No que respeita à segurança pública, não sei se o senhor tem a noção da quantidade de condutores que, numa verdadeira gincana, utilizam diariamente a estrada do caminho do Pico da Urze, também conhecida pelo Caminho do Fundo onde existem vários estabelecimentos de ensino. A estrada é estreita e, para além dos papás que andam sempre apressados, passam por ali camionetas da EVT. As últimas chuvadas provocaram a queda de uma parcela do muro e há

árvores de grande porte parcialmente desenraizadas à espera de um qualquer evento climatérico para nos caírem em cima dos veículos. Espero que estas medidas sejam rápidas porque passam por ali crianças todos os dias e vou ficar atenta a esta situação.

Sr. presidente da Câmara: – Neste último ano procedeu-se à remoção de tudo o que se descobriu em termos de fibrocimento com amianto em escolas. Havia uma dúvida a respeito da escola do Alto das Covas que foi devidamente vistoriada e a informação de que dispomos é que o fibrocimento lá existente é composto por fibra de carbono e foi ali colocado após a proibição da utilização de amianto.

Há uma dúvida a respeito de um teto do pavilhão que possui duas marcas de telha diferentes na sua coloração e foi pedido a um perito que as analisasse. Que eu saiba, trata-se da única situação em edifícios escolares de responsabilidade municipal que possa suscitar alguma dúvida, apesar de muito remota e aparentemente sem fundamento, mas vamos tratar de esclarecer o assunto. Mesmo que exista amianto, está imobilizado e seguro e não há quaisquer razões para alarme, a não ser que se pretenda fazer obras ou retirar alguma coisa de lá; quando isso acontecer já teremos tudo devidamente esclarecido.

As oficinas atrás da EDA são o único edifício municipal em muito mau estado com amianto devidamente identificado em condições de perigosidade mas está em vias de desativação.

No que respeita às ratazanas, não sei se a senhora deputada foi de férias nos últimos tempos, se não leu as notícias ou não analisou algum hiato de tempo, mas passaria a resposta para os senhores presidentes de junta de freguesia que se encontram na primeira linha a par dessa matéria.

Está a acontecer um processo de desratização tecnicamente conduzido por quem sabe do assunto que marcou as datas e as formas de o fazer. Confiamos nos técnicos e o processo decorrerá até ao outono em períodos diferentes com aplicações em função do ciclo das culturas e outros considerando determinados por quem é da especialidade.

Os senhores presidentes de junta tiveram pelo menos duas reuniões nesta sala sobre a matéria, foi dada formação nas juntas de freguesia por técnicos especializados, esperamos que o processo seja devidamente conduzido e no outono falaremos se os ratos foram ou ficaram.

No caminho do Pico da Urze há um muro danificado pela queda de um eucalipto proveniente de uma mata que não está a ser devidamente cuidada e cujo proprietário já foi notificado. Estamos a tentar solucionar o caso, nem que tenhamos que comprar a mata, o que me parece a solução mais adequada. É um problema relacionado com uma ermida que lá existe, que é pública, mas afinal não é pública.

Falei recentemente com o senhor presidente da junta de S. Pedro em exercício para encontrarmos uma solução para o problema que não está esquecido mas também não é fácil de resolver porque o proprietário não reside na ilha e a mata encontra-se abandonada há décadas.

Sr. d. m. João Santos: – Sempre que ocorre um acidente de grande dimensão no concelho, o senhor presidente é das primeiras pessoas a chegar ao terreno. Não há um incidente, seja um acidente de viação ou um pequeno foco de incêndio, em que a Proteção Civil Municipal não marque presença a qualquer hora do dia ou da noite, disponibilizando-se para colaborar no que for necessário. Os representantes da Proteção Civil Municipal são dos primeiros a chegar ao local e acompanham todas as operações até à lavagem e desimpedimento das vias.

Não posso deixar de referir mais uma vez o ponto a que chegaram os munícipes automobilistas e a forma como se para e estaciona nesta cidade. Só quem conduz uma viatura de 30 toneladas com mais de 10 metros de comprimento e com 4 mil litros de água, percebe a imensa dificuldade em curvar junto à Praça Velha quando se depara com uma carrinha de transporte de valores estacionada em cima da curva e tem que subir a rua da Sé numa autêntica gincana entre

os carros mal estacionados. Só quem conduz uma ambulância em que a vítima entrou em paragem cardiorrespiratória é que sente a aflição de perder 20 ou 30 segundos no meio do trânsito na rua da Guarita.

Bem sei que não temos trânsito que se compare a outras regiões da Europa mas o problema são os carros mal parados e abandonados; se os condutores lá estivessem ainda os poderiam desviar mas param em qualquer lado e abandonam a viatura.

É aflitivo quando se tem que chegar rapidamente com uma ambulância a zonas como o Corpo Santo ou algumas ruas de S. Pedro ou quando os bombeiros não conseguem manobrar de uma só vez do seu quartel para a rua da Guarita porque estão seis carros estacionados entre o banco e a leitaria. As pessoas estacionam de qualquer maneira e estão a abandalhar completamente.

Sei que o senhor presidente se tem mostrado preocupado e solidário com a zona da Silveira. Referiu que a solução passaria pela correção da via, por isso gostaria de saber se possui mais alguma informação que nos possa facultar porque o local é um dos graves pontos de constrangimento do trânsito ao ponto de um veículo de emergência ter que seguir pela faixa da esquerda porque se viu impedido de manobrar pela sua faixa devido a um autocarro e outros veículos mal parados.

Deixo mais dois alertas, senhor presidente. Não lhe estou a imputar responsabilidades, que cabem ao Ministério da Administração Interna e já mudámos de ministro mas, pelas informações que tenho, a PSP debate-se com seríssimas dificuldades e há noites em que o patrulhamento de todo o concelho tem apenas dois agentes de serviço. Há dias, necessitámos de um agente para ocorrer a uma situação e foi-nos dada a seguinte resposta: «Só temos dois agentes e foram ao levantamento de um cadáver.» Isto afeta gravemente a vida do concelho.

Deveria ser feita uma sensibilização ao Governo Regional a respeito da repintura das estradas regionais. Ainda se vai lendo coisas interessantes no *facebook* e não me posso esquecer das preocupações do meu camarada Dionísio Sousa a respeito da «estrada p'aquele lado» como ele lhe chama. Conheço bem a estrada para o outro lado e identifico um ponto crítico que é aquela curva do Guarita da Terra do Pão onde pouco tempo faltará para haver ali um acidente.

Existe uma berma larga de estacionamento do lado direito de quem vem no sentido de Angra que facilmente pode ser confundida com uma faixa de rodagem. Quem vai no sentido de S. Bartolomeu tem tendência para se chegar à esquerda porque acha que ainda há muito alcatrão em sentido contrário e acaba por circular na faixa da esquerda. Sei que a responsabilidade é das Obras Públicas mas há locais onde a sinalização horizontal é completamente inexistente.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Registo que o senhor presidente da Câmara não tenha dado qualquer resposta à intervenção muito pertinente da senhora deputada Elsa Costa e tenha passado a responsabilidade para as juntas de freguesia.

Posso mostrar-lhe este jornal municipal que contém uma edição especial dedicado à campanha de desratização, o que significa que o município tem responsabilidades às quais o senhor deve responder.

A portaria 32/2015 que vem alterar a portaria 98/2012 onde se definem as normas de prevenção, controlo e redução de riscos associados à presença de espécies e pragas, apresenta um sem número de exigências às empresas destinadas ao controlo de pragas na região. São 15 os documentos exigidos para o controlo de roedores e é enorme a formação exigida.

O senhor presidente da Câmara referiu que foi dada formação nas juntas de freguesia e pergunto se a distribuição do veneno é feita pelos funcionários das juntas porque a população tem conhecimento de que vai à junta buscar o veneno e faz a distribuição. O Governo Regional

cria legislação sobre a matéria, existe uma portaria que exige inúmeros procedimentos e depois anda-se a dar veneno às pessoas para o distribuírem a seu belo prazer.

Aquilo que, na portaria é chamado de zona de engodo, para nós é mais zona de engorda devido aos procedimentos aplicados e exige um relatório de visita para verificar a eficácia do que se está a aplicar. Garanto que não conheço um único residente nas freguesias que entregue nas juntas um relatório do que se verificou na zona onde aplicou o veneno.

Os senhores têm que se entender. Se o Governo Regional considera uma matéria de enorme gravidade com tudo legislado e portarias a definir os documentos exigidos e a formação necessária e a Câmara Municipal apela a que sejam os próprios munícipes a fazerem a distribuição, algo não está a funcionar aqui.

Já agora, a *Bromodialona* que está a ser usada como veneno não é reconhecida pela Direção Geral de Veterinária como um dos princípios ativos a ser utilizado. Os senhores presidentes de junta não devem sentir-se responsáveis em responder porque sei que a estratégia definida faseada em três partes não é da sua autoria.

Numa primeira fase aplica-se o raticida que não matou tudo, temos uma segunda geração com resistência ao veneno, uma terceira ainda mais resistente e quando se chega à fase de aplicação do produto por parte dos munícipes, temos já uma geração de ratos que andou a fazer engorda com a tal *Bromodialona* que não é reconhecida pela Direção Geral de Veterinária.

Quando o senhor presidente da Câmara fechar a bolsa nº 8 do aterro os ratos deixarão de ter uma fonte de alimentação na TERAMB e vão descer à cidade. Gostaria de saber se já pensou no que vai fazer em relação a isto.

É voz corrente em Angra que há imensos postos de recolha de lixo em que a base dos contentores já não existe porque foi roída por ratazanas. Gostaria de saber se o senhor presidente tem conhecimento desta situação ou se é apenas conversa de especulação de quem faz a recolha de lixo para o município.

Sr. presidente da Câmara: – Começaria pelas questões levantadas pelo senhor deputado João Santos a respeito do estacionamento abusivo para o qual já pedimos a colaboração da PSP. É pena não termos uma polícia municipal e termos que recorrer a quem tem competências para o assunto.

O troço entre a Silveira e os Portões de S. Pedro ainda não foi asfaltado porque está previsto o transporte de enrocamento através da circular, pela Silveira e depois por ali até ao Fanal, o que causará danos na via que não está preparada para grandes cargas.

Quanto ao estacionamento, voltaremos a chamar a atenção da PSP para o assunto e o problema da sinalização horizontal não é apenas regional porque são raras as vias municipais com a pintura em condições. É uma situação muito complicada de resolver devido à presença de fezes e urina de vaca que dissolvem a superfície fazendo com que a tinta não adere em condições. Gostaríamos de fazer algum trabalho a respeito desta matéria durante este verão, embora com a restrição da falta de condições em algumas superfícies para uma boa aplicação da tinta.

No que aos roedores diz respeito, a senhora vereadora Raquel Ferreira foi buscar o documento com o nome da molécula aplicada. Sei que é uma *cumarina* e o que estamos a aplicar é a chamada *Super Varfarina*, o raticida mais eficaz do mercado. Não sou especialista em raticidas, apenas leio com atenção o que me aconselham e sabemos que estamos a fazer um bom trabalho. Se começarmos com “relatório-zinhos”, voltaremos ao excesso de burocracia e pouco trabalho.

Os senhores presidentes das juntas de freguesia são pessoas responsáveis, nas quais a Câmara deposita toda a confiança; estão a fazer o melhor que podem e sabem com a colaboração dos munícipes porque a questão dos ratos diz respeito a todos. As empresas de desratização têm as

suas regras e nós estamos a fazer uma campanha pública em colaboração com as juntas de freguesia, nossos parceiros essenciais, apesar de a Câmara continuar a desratização nas ribeiras, nos contentores dos lixo e noutros locais.

Nada há a temer com a bolsa 8, porque já foi desratizada. Haverá ainda alguns ratos mas estamos a proceder a trabalhos de desratização. Não há razão para temores e não vale a pena inventarmos mitos urbanos sobre o super rato que vai vir da lixeira até à cidade.

Acabou de chegar a informação adicional que me faltava. A molécula em causa é a que se encontra homologada pela Direção Geral de Saúde para uso em zonas urbanas que são da nossa responsabilidade de acordo com o PDM, estamos a fazê-lo corretamente usando a melhor molécula disponível no mercado e não me parece que os senhores presidentes de junta gostem de ser apelidados de irresponsáveis porque são gente muito responsável que está a fazer o que é necessário, senhora deputada.

Sr. d. m. Artur Lima: – O senhor presidente da Câmara já nos habitou a estes números de rato Mickey aqui na Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara: – Tenho medo dos raticidas.

Sr. d. m. Artur Lima: – Não lhe fazem mal porque tem resistências. O senhor presidente já se habituou a vir para aqui insultar as pessoas e está a tratar com displicência um assunto grave! Os senhores estão a brincar com a saúde das pessoas como já brincaram há muito tempo com os casos que foram parar ao hospital e não foram poucos.

Isto não é uma brincadeira; é um crime de saúde pública de que o senhor é o principal responsável juntamente com o senhor Secretário Regional do Ambiente. Perante este panfleto, o melhor é fazerem uma manifestação ao estilo CGTP e irem para a lixeira gritar: «Ratos fora, já!»

Quando o senhor começar a gritar, os ratos vão se assustar; não morrem com o veneno mas vão-se assustar consigo. O que aqui está é uma vergonha. Repúdio a sua afirmação de que estamos a responsabilizar os senhores presidentes de junta. Isso é absolutamente falso e uma afirmação covarde da sua parte porque não é capaz de assumir as suas responsabilidades!

Ontem recebi queixas de um agricultor de uma freguesia aqui bem perto que tem 90 alqueires de terra e lhe deram 4 saquinhos de veneno.

Comentários impercetíveis por parte da senhora deputada Maria da Graça Silveira.

Sr. presidente da Câmara: – Senhora deputada, a ignorância deveria pagar imposto. A Câmara estaria rica.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A ignorância é atrevida neste caso.

Sr. d. m. Artur Lima: – O senhor presidente da Câmara continua com a sua postura a insultar os outros, o que o adjetiva e classifica apenas a si.

Sr. presidente da Câmara: – Com todo o gosto.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente da Assembleia Municipal, o que temos é isto e temos que conviver com isto.

Sr. presidente da Câmara: – Eu era para ir para Bruxelas, esqueci-me e agora vai ter que me aturar. Acontece.

Sr. d. m. Artur Lima: – Isto é de uma pobreza de espírito...

Sr. presidente da Câmara: – Uma pobreza com 7 razões para que eu esteja sentado aqui e o senhor aí. Já percebeu qual é a pobreza? É a pobreza de quem só sabe dizer mal, não lê e não sabe nada.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente da Câmara, a minha especialidade é medicina dentária e não psiquiatria ou psicologia. Se fosse especialista nessas áreas, poderia tratar o seu trauma; como não sou, posso recomendar-lhe um bom especialista para tratar essa sua frustração. Julgo que já deveria ter ultrapassado isso; não ultrapassou, paciência.

Sr. presidente da Câmara: – Como tenho boa memória, não ultrapasso. Costumo lidar com os assuntos.

Sr. d. m. Artur Lima: – Essa sua boa educação vem na sequência do seu comportamento na noite eleitoral onde insultou tudo e todos. Voltando ao assunto, isto é um crime de saúde pública do qual o senhor é o responsável máximo.

Este é um programa de desratização para gastar dinheiro. Não vão combater a praga de ratos porque os especialistas dizem que até vai aumentar. Ninguém aqui está a responsabilizar os presidentes de junta que apenas fazem o que lhes foi pedido, quer pelo Governo quer pela Câmara Municipal.

Relativamente à polícia municipal que o senhor presidente da Câmara lamenta não ter, já que tem tão boa memória, deve lembrar-se que o CDS-PP apresentou aqui uma proposta para a criação de uma polícia municipal que foi chumbada na altura mas, pelos vistos, tínhamos razão antes do tempo...

O senhor já cá estava e votou contra a criação de uma polícia municipal, senhor deputado João Santos. Se os senhores tivessem votado a favor, o bom trabalho que a Proteção Civil Municipal está a fazer, talvez fosse acompanhado por uma boa polícia municipal e pela Polícia de Segurança Pública numa sinergia positiva. Os senhores têm dúvidas acerca do que os outros propõem mas têm sempre a certeza a respeito do que fazem.

Sr. presidente da Câmara: – Senhor deputado Artur Lima, julgando pela sua experiência e saber, esperaria melhor da sua parte. O senhor já nos habituou a prometer muito mas depois é um fiasco.

A respeito de vir para aqui falar de responsabilidade, deixe-me dizer-lhe o seguinte: a Câmara Municipal de Angra e eu em particular assumimos total responsabilidade pela campanha, pelo folheto e pelos quejandos. Isso é óbvio, é claro e está assinado. Já apareci em vários lugares, falei com as pessoas e os senhores presidentes de junta solidariamente assumem total responsabilidade pelo trabalho que está a ser feito e do qual todos nos orgulhamos.

Estamos a tentar resolver um problema complicado e secular que, infelizmente continuará a existir apesar dos nossos melhores esforços, porque os ratos vieram para ficar; podemos controlá-los agora ou mais tarde mas este é um problema permanente influenciado pelas condições climáticas e ecológicas da nossa ilha.

É estranho e absolutamente ilógico que o senhor deputado venha para aqui dizer que envenenar ratos é um crime contra a saúde pública porque estamos a usar a molécula aprovada pela Direção Geral de Saúde para ser utilizada nas zonas urbanas e lembro que não é aqui que deve tratar as questões relacionadas com agricultores.

Foi estabelecido um acordo de desratização da região entre a Associação de Municípios e o Governo Regional, as câmaras municipais assumiram a desratização das áreas consideradas urbanas de acordo com o respetivo PDM e não damos veneno aos agricultores, a não ser que o usem nas suas casas.

Como já referi, foram feitos buracos em todos os caixotes do lixo com o objetivo de reduzir o teor de humidade nos resíduos e assim evitar interferências com o funcionamento da incineradora, razão pela qual, todos têm uma grelha no fundo para permitir o escoamento da água e impedir a entrada dos ratos. Lembro que tivemos que enfrentar grandes problemas no

arranque da incineradora porque os camiões chegavam lá carregados de água. Após estas explicações, passo o assunto para os senhores presidentes de junta que terão algo a dizer.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Senhor presidente da Câmara: por norma, não sou uma pessoa indelicada nem tenho a menor intenção de acusar ninguém. Se o senhor passar no Caminho do meio de S. Carlos ou na Canada das Almas vai encontrar ratazanas e o princípio da precaução da parte dos leigos não está patente.

Tem que haver uma ação de sensibilização. Se continuam a deixar os sacos do lixo à porta vão atrair ratazanas e não sou eu que vou comprar veneno para lá pôr. Não estou de férias e acredito que qualquer pessoa as consiga ver, a não ser que precise de óculos. As ratazanas são uma realidade e devem ser tomadas medidas, quanto mais não seja, através da recolha do lixo.

Mudando de assunto, o senhor continua a bater na tecla das estruturas e das coberturas mas o amianto está também presente nos equipamentos que não estão contemplados aqui. Peço-lhe desculpa mas não acredito que tenha tomado medidas a respeito do imenso inventário e se centre apenas na escola do Alto das Covas.

Sr. presidente da Câmara: – Nos edifícios municipais. Os outros não são da Câmara.

Sra. d. m. Elsa Costa: – Não interessa; é da sua responsabilidade.

Falando agora da proteção civil, não tenho qualquer dúvida que desempenham um bom trabalho, o senhor também já foi louvado pela nossa parte após as chuvadas de 4 de setembro passado mas existe um problema grave no caminho do fundo e não vamos ficar à espera que aconteça uma desgraça para a proteção civil tomar uma atitude. Aquilo é estreito, passam ali crianças, há um muro caído e árvores também e não somos os gauleses à espera que o céu nos caia em cima.

Sr. d. m. José Santos: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. Esclareço a senhora deputada Maria da Graça Silveira que na junta de freguesia de Santa Luzia não entregamos veneno a ninguém.

O funcionário da junta corre a freguesia para se inteirar da situação. Numa primeira fase entregamos o veneno e depois, em vez de esperarmos que as pessoas passem na junta de freguesia com um relatório, passamos nós pela casa das pessoas porque somos os principais interessados em que não haja ratazanas na freguesia. Hoje mesmo estamos a fazer isso e devo dizer-lhe que os resultados têm sido positivos.

Não sei se os ratos vão parar a S. Pedro pelo facto de Santa Luzia ser muito inclinada mas tem havido um alívio dessa praga. Como a senhora disse e muito bem, as ratazanas de Angra são boas de engorda e haverá um grande problema se não se tratar delas convenientemente.

Em Santa Luzia estamos a trabalhar com a população, todos os dias passamos em casas onde já entregámos veneno e as coisas estão a melhorar. Sempre que seja necessário dar um *forcing* em venenos, nós estamos lá para o fazer; o que não fazemos é entregar o veneno às pessoas.

Temos um homem com formação que vai a casa das pessoas, conversa com elas, distribui o veneno nos quintais, tira notas e possui uma listagem do que entregou e dos desenvolvimentos ocorridos naquele período de tempo. Estamos no dia de hoje a fazer relatórios nas casas que considerámos mais infetadas e temos informações dos moradores de que o número de ratazanas está a diminuir. Não sei se o veneno as engordará daqui a uns tempos mas por agora está a funcionar.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – A EDA tomou a iniciativa de instalar uma série de postes a montante do miradouro das Veredas. Existe mais abaixo uma rede de baixa tensão que, por acaso não afeta muito o visual, mas aquela é uma zona turística com uma paisagem muito interessante onde circula muita gente e quem passa pela canada da serra é mimoseado com uma série de postes naturalmente à espera de receberem as linhas. Pergunto ao senhor presidente da

Câmara se tem conhecimento do cumprimento de todos os requisitos legais em termos de impacto ambiental e de eventual prejuízo paisagístico.

Sr. presidente da Câmara: – Também vi os postes ao subir a ladeira. Por se tratar de uma linha de média tensão não está sujeita a nenhuma avaliação ambiental. Não fui verificar mas, pelo que sei, a EDA não instala linhas sem o devido licenciamento por parte da Direção Regional da Energia, a entidade competente nessa matéria.

Segundo sei, a linha destina-se a ligar a geotermia; não está nada bem ali, mas são publicados éditos e decorrido esse prazo a empresa constitui um direito sobre aquele traçado. Deve ter havido um édito na Câmara Municipal à disposição do público mas confesso que não o vi e ninguém levantou essa questão.

Sr. d. m. Artur Machado: – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas. Gostaria de pegar na palavra do professor Manuel Conde, que enalteceu a beleza e a importância das nossas paisagens, e associá-la ao discurso dos ratos.

Como somos uma sociedade rural e estamos ligados ao campo, deixo no ar uma ou duas perguntas para reflexão: será que as pessoas têm uma ideia do que um muro de pedra representa como abrigo na reprodução dos roedores e que, por mais cuidados que se tenha, uma casa de ordenha é para eles uma fonte de alimentação?

Este é um assunto de tal forma complexo que não pode ser tratado de maneira leve e superficial. Parece-me que o único caminho a percorrer é o que está a ser feito, entregando a pessoas conhecedoras...

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Uma intervenção dessas surpreendia qualquer pessoa nesta casa...

Sr. d. m. Artur Machado: – Às vezes também fico surpreendido com a leveza do discurso. Em vez de se imputar responsabilidades a A, B ou C com afirmações feitas de forma leve, seria melhor que se procurasse ver o trabalho que está a ser feito.

Temos a experiência do que aconteceu com os coelhos que foram praticamente dizimados por uma praga e estão aí novamente em força. A dinâmica dessas populações é extremamente complexa e exige um grande acompanhamento. Pelo que conheço, está a ser feito um bom trabalho e não me parece de grande ajuda esse tipo de discurso.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado Artur Lima, os que me conhecem sabem que normalmente voto, critico ou elogio em consciência. Na altura votei contra porque entendi que os argumentos usados não sustentavam a proposta da criação de uma polícia municipal. Votei contra por considerar que, num concelho como Angra do Heroísmo com 35 mil habitantes, a obrigação cabia à PSP mas não estava a fazer um bom trabalho.

O senhor vereador José Lima fazia parte da comissão de trânsito e se algo lhe é reconhecido, é o de exigir seja a quem for o cumprimento das suas responsabilidades de acordo com o que ele entende ser o melhor para a população, e fá-lo de uma forma muito eficaz.

Na altura não se me afigurava o cenário que hoje se verifica, acreditei que a Câmara conseguiria sensibilizar/obrigar a PSP a cumprir o que lhe era devido no seu concelho e não poderia adivinhar que o seu Governo da República - que poderia ter sido o meu e se calhar não teria sido muito melhor - deixasse a Polícia de Segurança Pública chegar àquilo que chegou.

Assumo com esta Assembleia e consigo em particular, o compromisso de discutir com sinceridade qualquer proposta que aqui entrar, venha ela do CDS-PP, do PSD ou de qualquer deputado independente. Como é meu apanágio, decidirei o meu sentido de voto em consciência e sem qualquer outro interesse.

Sr. d. m. Artur Lima (para uma interpelação à Mesa): – Se o senhor presidente bem se lembra e se não deixar a minha memória falhar, quando foi aqui apresentada a proposta para a criação da polícia municipal, o Governo da República era o do Partido Socialista de José Sócrates.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Para encerrar o assunto dos ratos, confesso ter algumas dúvidas em relação ao faseamento da aplicação do veneno e, pela experiência que tenho da minha própria casa, acho que o melhor é fazer tudo de uma só vez para evitar que se reproduzam.

Gostaria que o senhor presidente da Câmara ou a senhora vereadora Raquel Ferreira me esclarecessem se a opção pela aplicação faseada do veneno teve algo a ver com a incapacidade da empresa vencedora do concurso em fornecer o veneno todo de uma vez.

Quanto à questão do estacionamento e da segurança, concordo com o senhor deputado João Santos, fico ainda mais preocupado ao saber que o patrulhamento do concelho é feito por dois agentes apenas e lembro que esta Câmara gasta 21 000 euros em reforço policial para patrulhamento no Porto das Pipas, na rua de S. João, etc.

Visto que este valor é meramente simbólico quando comparado com outras rubricas como, por exemplo, os 19 500 euros gastos na esterilização das fêmeas adotadas, um assunto também importante de saúde pública, pergunto se haverá possibilidade orçamental para o aumento do reforço policial em Angra com recurso a empresas privadas ou a turnos extra praticados por agentes da PSP. Existe um sentimento de insegurança na cidade porque, se não me falha a memória, há 3 semanas houve uma onda de assaltos na Sé e em S. Pedro.

Sr. presidente da Câmara: – Respondendo diretamente a esta última questão, a Câmara tem vindo a pagar algum reforço de policiamento mas existe um limite de disponibilidade de agentes da PSP. Essa questão foi tratada há cerca de uma semana no Conselho Municipal de Segurança em que a PSP fez o relatório da situação.

Tinha havido uma diminuição de cerca de 5% de 2014 para 2015 e houve um aumento recente devido a essa onda de assaltos dos quais a Câmara também foi vítima no Centro Cultural que foi assaltado nesse mesmo dia. Aparentemente o grupo foi identificado e o assunto estará devidamente controlado mas merecemos mais do ponto de vista do policiamento. A senhora ministra responsável por essa área estará em Angra no dia 10 de maio e ficamos a aguardar o desenvolvimento da situação.

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – Bom dia senhor presidente da Mesa e senhores membros da Assembleia. Em resposta ao senhor deputado Francisco Câmara, em casa consegue-se uma desratização de uma só vez porque as áreas são menores.

Houve uma articulação entre o Governo Regional e a Associação de Municípios, decidindo-se fasear a desratização de acordo com os ciclos das culturas com uma aplicação antes da sementeira dos milhos e nova desratização quando a maçaroca estiver mais madura. A desratização por fases serve também para avaliarmos a quantidade de raticida a aplicar e assim apurarmos o resultado da campanha.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – A decisão do faseamento não teve nada a ver com a capacidade da empresa no fornecimento de todo o isco?

Sra. vereadora Raquel Ferreira: – A empresa tem vindo a fornecer o que lhe é solicitado.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 23 de janeiro a 8 de abril de 2016, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, para apreciação.

Sr. presidente da Câmara: – Começando pelas obras, temos duas boas notícias e uma muito má. Uma das boas notícias é que a obra da Canada de Belém e dos caminhos anexos está acabada e estamos ainda a proceder às limpezas e arranjos finais da obra aqui em cima junto à nova biblioteca pública.

A obra dos arranjos das sobras e pontas de canada está a correr muito bem com a eliminação de todos os atrasos e pequenas questões. Começámos nos Altares, estamos a chegar à cidade, vamos continuar até S. Sebastião e esperamos ter tudo resolvido até ao verão. Foram também reconstruídas e encontram-se em funcionamento as duas pontes, no Posto Santo e nas Doze Ribeiras, que tinham sido destruídas pelas enxurradas do outono passado.

A má notícia refere-se à escola de Santa Bárbara porque, infelizmente, fomos obrigados a rescindir o contrato com a empresa responsável pela sua construção. Faltam cerca de dois meses de obra e estamos a pôr em prática os procedimentos para uma nova empreitada com vista ao acabamento do edifício. Infelizmente toda a leniência dada pela Câmara foi insuficiente e foi preciso tomar uma medida drástica com a rescisão do contrato com a empresa em causa.

Ainda na atividade municipal, no que respeita às questões de natureza financeira, a execução da receita está a par com a execução da despesa e sem nada que mereça especial destaque.

A atividade cultural manteve-se com alguma intensidade com particular destaque para um programa que visa apoiar as filarmónicas e os grupos folclóricos nesta fase em que existem menos festas, apesar da maior parte das sessões ter tido uma afluência de público muito reduzida. O festival de filarmónicas do Porto Judeu, um momento alto do calendário cultural do ano, também decorreu como esperávamos.

A atividade municipal mantém-se também dentro da normalidade no que respeita às questões laborais. Estamos a passar um período de transição respeitante aos trabalhadores ocupados com algum impacto na atividade da Câmara e das juntas de freguesia no reajuste de algumas rotinas, o que tem sido feito sem grandes dificuldades.

Há trabalhadores atribuídos ao município, distribuídos por uma dúzia de instituições do concelho sem fins lucrativos e foi-lhes comunicado que, os que quisessem voltar poderiam fazê-lo. Em cerca de 260 trabalhadores, apenas 6 causaram demasiados problemas e foi-lhes dito que não estaríamos interessados que continuassem na Câmara.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Aparentemente a recolha de lixo foi reduzida em algumas freguesias sem que fosse dada informação prévia às juntas de freguesia que tomaram conhecimento do facto através das queixas dos munícipes, aos quais terá sido dito tratar-se de uma situação experimental e que seriam eventualmente feitos reforços de contentores, entre outras explicações dadas.

Sr. presidente da Câmara: – Isso aconteceu em duas freguesias da periferia de Angra e deveu-se ao que acabei de referir. No último ano houve maior frequência de recolha devido ao aumento de pessoal e durante este mês, em que os trabalhadores ocupados se encontram de férias, procedeu-se à reposição do ritmo anterior de recolha do lixo com alguma restrição no número de equipas disponíveis.

Sem nada ter a ver com esta situação, está em curso a reformulação da recolha de resíduos no sentido de otimizarmos a separação para cumprimos as metas e resolvermos o problema

relacionado com o funcionamento da incineradora de onde estão a sair cerca de 900 quilos por dia em latas e outro material incombustível.

A recolha separativa está muito aquém do que era estimado porque as pessoas continuam a não separar os resíduos e o metal não arde; entra por um lado e sai pelo outro com todos os custos daí inerentes. Estamos a ter sérios problemas no cumprimento de metas. Até 2020 somos obrigados a ter 50% dos materiais recuperados, andamos na casa dos 30% e a dificuldade é grande.

Terá que ser feito um esforço ainda maior com a colocação de novos contentores. Os Serviços Municipalizados estão a desenvolver esforços no sentido de adquirir cerca de um milhar de caixas para ecopontos para reforçar esta zona, o que fará com que a recolha seja menos frequente. Ao abrandarmos a recolha de lixo para o ritmo que era habitual teremos os contentores a deitar por fora, acabando por implicar um aumento dos ratos.

Estamos a preparar um investimento de cerca de 250 mil euros na aquisição de contentores este verão para melhorarmos a recolha seletiva, caso contrário, dificilmente atingiremos as metas estabelecidas.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Já ouvi muita gente dizer que não faz separação de lixo porque não vale a pena ter o trabalho visto que depois vai tudo para o mesmo contentor. Talvez fosse bom fazer-se alguma divulgação através de um panfleto ou do *facebook* para mostrar às pessoas que afinal o lixo é separado.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se foram acionadas algumas garantias no seguimento da rescisão do contrato relativo à escola de Santa Bárbara e se haverá alguma derrapagem financeira em relação ao que estava previsto.

No âmbito da receita e da despesa destes últimos 3 meses de atividade municipal, peço-lhe também alguns esclarecimentos acerca de um desvio negativo de 650 mil euros nos impostos diretos, um desvio também negativo de quase 66 mil euros nas transferências correntes, um desvio positivo de quase 255 mil euros nas transferências de capital e um desvio negativo de 250 mil euros nas despesas com pessoal, assim como um desvio positivo de cerca de 300 mil euros nas transferências correntes.

Sr. presidente da Câmara: – Dou-lhe toda a razão; é essencial que façamos essa campanha de sensibilização que vai ser lançada no final deste ano para atingirmos o grande público. Isto coincide com o novo concurso que está a decorrer para a triagem e exportação de resíduos, uma matéria que será toda revista em resultado da experiência que estamos a obter com o funcionamento da incineração.

A incineradora será inaugurada algures no princípio do mês de junho e a partir dessa altura passaremos a fazer visitas educacionais com grupos de jovens e de idosos com a possibilidade de visitas do público em geral aos fins de semana para que as pessoas vejam como aquilo funciona e percebam a importância da separação de resíduos que lá se faz à vista de todos.

Os desvios financeiros não são assim tão significativos e têm a ver com os ritmos de pagamento de transferência porque estamos a falar de uma secção muito curta do ano. A execução do ponto de vista da receita e da despesa está a decorrer segundo as previsões, não se detetando qualquer anomalia merecedora de destaque.

Quanto à escola de Santa Bárbara, a empresa em causa perdeu a garantia a favor do município que será utilizada para pagar agora a despesa do lançamento. A empresa saiu porque contratou uma boa parte da obra abaixo do custo, apresentando preços irrealistas.

Haverá naturalmente custos mais elevados mas sem um significado muito expressivo na ordem da centena de milhar de euros numa obra financiada que deveria ter começado a funcionar em setembro passado e ainda se encontra neste estado.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados.

Gostaria de perguntar ao senhor presidente se existe o cuidado da elaboração de uma carta de referência para cada um dos trabalhadores ocupados, discriminando as funções que desempenharam nestes programas de ocupação temporária que têm permitido às famílias fazerem face às dificuldades neste período de recessão.

É importante que esses trabalhadores sejam acompanhados de uma certificação mínima para que possam regressar ao mercado de trabalho com outras ferramentas. Na minha opinião as entidades que os acolhem não os têm munido de uma carta de recomendação que especifique as funções por eles desempenhadas durante o período de ocupação temporária caso regressem ao desemprego, o que esperamos não venha a acontecer.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara terá todo o gosto em responder positivamente, nos casos em que essa recomendação é merecida, e temo-lo feito sempre que nos é solicitada. Passaram por aqui e ainda cá estão excelentes trabalhadores que não hesitarei em recomendar a quem quer que seja. A senhora diretora regional do emprego esteve cá na Câmara esta semana para uma reunião, na qual ficou articulado que faremos o que for preciso, em coordenação com a DRE, no sentido de melhorar a empregabilidade de quem por cá passou.

Sra. d. m. Isabel Berbereia: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores deputados. Na semana passada terá sido tornada pública uma notícia no jornal Diário Insular dando conta de que, num curto espaço de tempo, seria implementado um plano de reanimação turística para a ilha Terceira, articulado entre a Câmara Municipal e a Câmara do Comércio, citando alguns exemplos de como tornar mais visíveis alguns monumentos da nossa ilha.

Uma vez que vamos entrar na época alta, pergunto se este plano se encontra concluído e que melhorias poderá trazer à animação turística para que essa dinâmica se faça sentir na nossa cidade já este verão.

Sr. presidente da Câmara: – Trata-se de um conjunto de ações de grande sucesso que visam a animação turística em articulação com os dois municípios da ilha Terceira, a Câmara do Comércio, um grupo alargado de empresários da área da restauração e do turismo e o Governo Regional. Dentro desse plano, têm passado por esta sala muitas centenas de pessoas acompanhadas por um guia. Pelos inquéritos feitos a quem nos visita, as pessoas saem daqui agradadas e recomendam-nos.

Há relativamente pouco tempo, o número de turistas presentes num concerto decorrido na Câmara era superior ao número de residentes. A aplicação disponibilizada funcionava apenas na cidade e foi alargada a todo o concelho; as coisas têm corrido manifestamente bem e tencionamos estendê-la a toda a ilha.

Está ainda a ser ponderado um planeamento para o futuro do desenvolvimento turístico. A Câmara de Angra assinou com uma entidade estrangeira para a elaboração de um conjunto de instruções de promoção externa do concelho, esperando-se alguns resultados palpáveis até ao fim do verão.

Não se registaram mais intervenções. A Informação sobre a atividade municipal, constante no Ponto 1.1, foi apreciada.

1.2 – Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano 2015, para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados com

exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

Fluxos financeiros:

- **Saldo total da gerência anterior:** 2 625 406,81 € (dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e seis euros e oitenta e um centimos).
- **Receitas orçamentais:** 19 421 100,33 € (dezanove milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cem euros e trinta e três centimos).
- **Despesas orçamentais:** 19 301 662,14 € (dezanove milhões, trezentos e um mil, seiscentos e sessenta e dois euros e catorze centimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 2 573 272,48 € (dois milhões, quinhentos e setenta e três mil, duzentos e setenta e dois euros e quarenta e oito centimos).

Demonstração dos resultados do exercício:

- **Custos e perdas:** 16 655 534,73 € (dezasseis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e quatro euros e setenta e três centimos).
- **Proveitos e ganhos:** 18 330 997,06 € (dezoito milhões, trezentos e trinta mil, novecentos e noventa e sete euros e seis centimos).
- **Resultado líquido do exercício:** 1 675 462,33 € (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e trinta e três centimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

571 – Reservas legais: 84 000,00 € (oitenta e quatro mil euros).

574 – Reservas livres: 1 591 462,33 € (um milhão, quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e trinta e três centimos).

Foi detetado um lapso na página 70 do relatório de contas relativo ao valor das amortizações do exercício. Onde se lê: €3 710 428,40 deve ler-se: €3 757 762,97.

Sr. presidente da Câmara: – Começo pela vertente da Câmara Municipal para vos informar que as contas do ano passado acabam por ser a confirmação daquilo que tínhamos vindo a dizer ao longo do ano. Tivemos uma boa execução da despesa e da receita; não podemos dizer que temos muito dinheiro mas a nossa Câmara está numa situação financeira sólida.

O ano findo permitiu uma redução substancial da dívida. Abdicámos da utilização de 1,4 milhões de euros de um empréstimo que estava contratado e visado para o Porto Judeu mas não foi preciso usá-lo e a dívida contratada do município desceu em cerca de 2,6 milhões de euros, o que é muito significativo. A grande fatia do *stock* da dívida já corresponde a dívida excepcionada, ou seja, a que foi contratada para a habitação social e é paga pelo Governo Regional.

Ao contrário do que acontece com outras autarquias, felizmente não temos nenhuma empresa ou associação com dívida associada à Câmara. A única entidade em que participamos é a TERAMB que terminou o ano com cerca de 290 euros de prejuízo e tem por ora as suas contas equilibradas porque o ano 2015 foi atípico devido à fase de construção. Este ano as coisas serão diferentes e o funcionamento da CVE só terá repercussões diretas lá para 2018 devido ao período de transição.

No que respeita à gestão financeira, o município não tem dificuldades de tesouraria ou de outra natureza. Repito que não temos muito dinheiro mas também não temos nada que nos preocupe em relação à situação financeira futura da autarquia.

Do que nos tínhamos proposto fazer, foi a melhor execução das últimas décadas e este ano não será tão bom devido à nossa dependência com o PIRUS que ainda não se encontra totalmente aprovado e por causa de outras dificuldades relacionadas com atrasos de alguns projetos.

A solidez financeira dos Serviços Municipalizados não é tão boa como a do município devido a alguns problemas de natureza estrutural, apesar de terem apresentado «lucro». Refiro-o entre aspas por se tratar de uma questão contabilística que resulta da transferência de ativos para a TERAMB, o que faz com que as contas pareçam boas.

Estamos a beneficiar da transferência de ativos da mesma maneira que fomos prejudicados pela sua presença em anos passados. Isto não voltará a acontecer e os Serviços Municipalizados mantêm uma situação de desequilíbrio estrutural com tendência a não apresentarem lucros devido às tarifas que se têm mantido fixas desde 2011. Vamos no quinto ano sem aumentos de tarifas, continuamos com gastos de energia extremamente elevados, essencialmente na bombagem de água e esgotos, e a área da recolha de resíduos é também fortemente deficitária.

Relembro que a boa situação das contas dos SMAH deste ano é irrepitível, porque resulta simplesmente de transferências de ativos. Do ponto de vista da eficiência no funcionamento, o grupo municipal está bastante mais sólido porque reduzimos a massa laboral e aumentámos substancialmente a produtividade.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Relativamente às contas, nas páginas 6, 7 e 57 temos quadros sem legendas, os gráficos da página 25 aparecem sem valores e textos, há gráficos a preto nas páginas 27, 28, 32 e 37 e no gráfico da página 59 não se consegue ler o nome de algumas freguesias. É preciso ter cuidado na preparação e entrega dos documentos à Assembleia porque é muito difícil analisar o relatório com informações incompreensíveis ou inexistentes.

Relativamente ao conteúdo, é preocupante constatar que a taxa de desemprego em Angra é de 9,3%. Podem alegar a conjuntura externa e a crise...

Sr. presidente da Câmara: – Já foi de 14%. Melhorou.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Melhorou mas a percentagem de 9,3 continua a ser má. Nos custos e perdas, gostaria que o senhor presidente esclarecesse o aumento de 500 mil euros em 2015 relativos a fornecimentos de serviços externos. Nas transferências para entidades terceiras há 120 mil euros para famílias e mais 120 mil para outros; gostaria que nos indicasse quem são estes «outros» e que famílias receberam estes apoios.

No Ponto 8.2.22 da página 72 indicam que a dívida de cobrança duvidosa ascende a 942 mil euros, habitação social e clientes da “Culturangra”, e que a maior parte deste valor não está em execução judicial. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se esta dívida de cobrança duvidosa vai ser executada e cobrada ou se a Câmara a vai perdoar, porque me parece que isto deverá acarretar responsabilidades para quem vota e aprova estes documentos.

No anexo referente à execução das GOP, aparecem despesas das Sanjoaninas de cerca de 538 mil euros, das quais, quase 300 mil têm a designação de «outros bens», «outros trabalhos especializados» e «outros serviços».

Outra questão tem a ver com as despesas indiretas, materiais etc., que não foram adquiridos a entidades externas. No controlo orçamental da receita aparecem 7 797,88 € de patrocínios e no documento *Orçamento Receita e Despesa* estavam previstos 120 mil euros de patrocínios. Em que ficamos? As Sanjoaninas só tiveram 7 800 euros de receitas? Quanto custaram as Sanjoaninas na sua totalidade, custos diretos e indiretos, e quais foram as receitas?

Não percebemos porque, à semelhança do relatório de contas de 2014, não consta deste relatório o centro de custos das Sanjoaninas para que possamos analisar de forma transparente e clara as respetivas despesas e receitas.

A Câmara adotou a contabilidade de custos porque a isso foi obrigada pois facilita a gestão dos recursos para tornar a entidade mais eficaz, eficiente e económica e depois termina a análise por centro de custos com a frase: «*Finalmente fez-se a análise detalhada de alguns centros de custos individualmente de modo a que se possa perceber a estrutura destes, não sendo possível analisar individualmente mais centros de custos em virtude da lista ser muito extensa.*» Não conseguimos perceber este argumento, senhor presidente.

A Câmara deve apresentar à Assembleia o relatório de contas completo e esse relatório falha neste propósito. Solicitamos que, no decorrer desta Assembleia, o senhor presidente disponibilize pelo menos a informação sobre o centro de custos das Sanjoaninas.

Também não foi disponibilizado à Assembleia Municipal o relatório e parecer do fiscal único. Pergunto porquê e solicito informação do senhor presidente sobre as conclusões do documento e que o mesmo seja disponibilizado durante esta sessão da Assembleia.

A execução das GOP andou pelos 81% em 2015 mas foi mais do mesmo; alguns exemplos: No crescimento económico e melhoria da competitividade foram executados 11 mil euros; inovação e empreendedorismo, zero; captação de investimento externo, zero; agricultura e pescas e produção local, zero; no que ao turismo diz respeito, nada se fez na criação de roteiros temáticos, no melhoramento da rede de trilhos pedestres ou na promoção de Angra como cidade património mundial.

No urbanismo comercial foram executados 7 mil euros, na revitalização das freguesias rurais, mil euros, na melhoria da acessibilidade reduzida, 191 euros e nada foi feito no programa de reabilitação de habitações devolutas e abandonadas, na aquisição de imóveis, na requalificação urbana, no apoio ao arrendamento ou no apoio à habitação na zona classificada.

Concluindo: Mais um ano de reabilitações de vias municipais, intervenções em edifícios municipais e de interesse municipal, requalificação de ribeiras e cursos de água, escolas, apoios ao desporto e IPSS's. Não estamos a dizer que isto não seja importante mas a Câmara não se pode cingir a este tipo de intervenções.

Há um significativo saldo de gerência à custa de quê? As contas estão equilibradas? Demasiado. Dois mil e quinze foi mais um ano perdido. Angra está estagnada, precisa de um impulso e já todos concluímos que ele não virá do Governo Regional, do Governo da República, dos americanos ou dos chineses; temos que ser nós a lutar pela nossa terra e não nos podemos dar ao luxo de perder mais tempo.

Sr. presidente da Câmara: – Começo pelas questões de natureza formal, as que devemos resolver de imediato e peço ao doutor João Pedro que proceda à entrega do relatório do fiscal único. Transitámos do *software* da Microsoft para *software* de licença livre que nos causou alguns problemas de formatação, o que explica o desaparecimento de algumas legendas e parte dos gráficos. Quando se abre o ficheiro com um sistema operativo diferente as coisas não tem a mesma configuração.

Temos tido alguma dificuldade em resolver esta questão levantada também na conferência de líderes onde se concluiu que o melhor será fornecer um pequeno PDA (Personal Digital Assistant), Assistente Pessoal Digital, com o mesmo *software* que permitirá visualizar os documentos. Por mais voltas que se dê, não se consegue fazer com que os documentos tenham a mesma aparência quando vistos em sistemas operativos diferentes. Esta mudança de *software* significou uma poupança considerável para o município e não tencionamos voltar a utilizar o *software* da Microsoft.

Quanto ao executado e não executado, creio que todos sabemos o que aconteceu e contas são contas. O centro de custos das Sanjoaninas não foi colocado no documento porque o mesmo não estava pronto dentro do prazo, mas tenho-o na minha mão, vou ler os números e terei todo o gosto em colocá-lo à disposição.

As Sanjoaninas do ano passado custaram 821 528, 21 € incluindo todas as despesas diretas e indiretas. Estão aqui mencionados todos os materiais e equipamentos utilizados e as horas dos trabalhadores municipais incluindo os trabalhadores ocupados que participaram nos trabalhos. Tanto quanto sei, é a primeira vez que se apresenta uma análise exaustiva da despesa.

A receita inscrita aparece em lugares diferentes devido à sua classificação orgânica. Por decisão nossa, as Sanjoaninas deixaram de apresentar um conjunto de receitas provenientes de patrocínios relacionados com a venda exclusiva de produtos para que os detentores de tascas possam vender as bebidas e os bens que entenderem e assim podermos fomentar e ajudar a atividade económica através de uma transferência de dinheiro da Câmara para a iniciativa privada.

Foram mantidos os patrocínios referentes a pequenas coisas que entraram em dinheiro e desapareceram os que se encontravam refletidos em bens ou serviços prestados porque resultavam numa dupla inscrição.

As vendas das entradas dos espetáculos efetuadas através de outras entidades deixaram de constar aqui porque os espetáculos passaram a ser contratualizados e contam como receita, fazendo desaparecer um conjunto de questões da nossa contabilidade e tornando a conta das Sanjoaninas bastante mais simples porque deixou de haver esta dupla inscrição do que entrava e do que saía.

Sr. presidente da Mesa: – Peço ao senhor presidente da Câmara que solicite aos serviços camarários a entrega de uma cópia dos documentos referentes às Sanjoaninas a cada grupo parlamentar.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Tirando as questões de forma, que não foram poucas, fiz uma análise às contas das Sanjoaninas, verifiquei que tivemos cerca de 538 mil euros e inscreveram em orçamento 120 mil euros de patrocínios para concretizarem 7 700 euros. Eu tinha dado de barato que teriam obtido 80 mil euros de outras receitas relacionadas com a gastronomia, vendas de espaços, etc...

Sr. presidente da Câmara: – Que antes estavam inscritas em patrocínios.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Vejo que agora as receitas terão sido de 92 mil euros mas estamos a falar de um saldo negativo nas festas na casa dos 430 mil euros em custos diretos.

Em 2016 temos inscritos 699 mil euros de custos diretos mais 120 mil de custos indefinidos que vou entender como patrocínios e vou assumir novamente uma receita na casa dos 80 mil euros, o que atinge o meio milhão de euros de receita negativa nas Sanjoaninas para o próximo ano.

Em 2013 quando se iniciou este modelo que levou à internacionalização da festa com a sua expansão para as comunidades, houve um orçamento na casa dos 560 mil euros de despesa direta e uma receita na casa dos 565 mil euros, resultando num saldo positivo modesto de 5 mil euros quando a festa era feita por voluntários. Em 2014, ainda com a festa feita por voluntários, o valor gasto em custos diretos foi de 545 mil euros e a receita situou-se nos 642 mil euros, resultando num lucro direto aproximado de 96 mil euros.

As Sanjoaninas geram impactos positivos para a economia, quer na gestão dos voluntários, quer na gestão da Câmara. Com o atual modelo a Câmara prescindiu de um conjunto de receitas de bilheteira da zona dos concertos, dos grandes patrocinadores e de outros mais

pequenos daquele espaço, cujos valores rondam os 40 mil euros, e continua com as despesas de instalação de toda aquela infraestrutura.

No ano 2014 foram obtidos 139 mil euros na bilheteira da zona do Bailão e 40 mil euros em patrocínios e a Câmara adjudicou a gestão do processo por 62 mil euros. Estão a ver claramente a mina que isto é para a empresa em causa e a diminuição da receita para a Câmara, o que justifica esta derrapagem nas contas das Sanjoaninas, a não ser que o senhor presidente da Câmara possua mais alguns dados que tenham sido omitidos a esta Assembleia.

Sr. presidente da Câmara: – O senhor deputado está a fazer comparações sem sentido. Nada está a ser omitido à Assembleia que, desde há muito, tem tido conhecimento total das contas das Festas. As Sanjoaninas contabilizavam como receita 250 mil euros provenientes de um subsídio da própria Câmara, o que altera tudo. A contabilidade atual tem uma lógica completamente diferente porque estamos a observar todos os gastos das festas pela primeira vez e estamos a gastar menos.

Para que faça uma ideia, a última vez que a comissão de festas contratualizou os concertos, gastou cerca de 400 mil euros em gastos diretos, a Câmara pagou todos os transportes, os alojamentos e as refeições dos grupos no valor de mais de uma centena de milhar de euros e nada disso foi contabilizado. Algo que custou quase meio milhão de euros, apresentou uma receita de cento e tal mil euros e agora todos esses custos estão aí refletidos.

Estamos a comprar os concertos «chave na mão» e não temos nada a ver com o que os artistas comem, onde e com quem dormem, se viajam em primeira ou em segunda classe ou se trazem dois ou três tambores. Havia uma imensidão de despesas feitas diretamente pela Câmara que apareciam como despesas de transportes, de representação ou outras e agora aparecem aí discriminadas na sua totalidade.

Não se pode comparar coisas completamente distintas, senhor deputado. Só poderemos comparar as Sanjoaninas desde o ano 2015 porque a contabilidade dos anos anteriores era feita com uma lógica absolutamente diferente.

Garanto-lhe que não tenho nenhum prazer em gastar dinheiro, muito menos nas Sanjoaninas, e temos andado em cima desse assunto todos os dias procurando fazer um trabalho de redução de despesas. Se Deus nos der vida e saúde, no ano que vem poderemos comparar contas feitas com a mesma lógica.

Posso garantir-lhe que o ano passado gastámos menos dinheiro e este ano vamos gastar menos ainda porque uma parte importante das montagens não será feita pela Câmara, os custos diretos foram reduzidos, os indiretos também o serão e esperamos continuar nessa senda, mantendo a qualidade das festas que são importantes para a promoção do concelho pelas razões que os senhores bem conhecem.

Volto a dizer-lhe que continuamos a agradecer às centenas de voluntários e a contar com a sua preciosa ajuda para a organização das Sanjoaninas mas as decisões e o dinheiro estão a ser geridos pelos serviços da Câmara.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Vejo aqui um quadro que me diz que o saldo das Sanjoaninas se agrava de 2014 para 2015. Não tenho dúvidas de que este modelo dá menos trabalho porque são necessários menos voluntários para gerir e há menos chatices mas duvido do resultado destas contas porque a Câmara, ao prescindir da receita, fica com menos a haver e mais a dever.

Duvido que se faça um bom negócio quando se prescindem receitas. Como não tive atempadamente acesso a estes dados que a Câmara agora me entregou, vou pedir os valores das atuações dos artistas que cá vêm este ano e logo faremos as comparações.

Para enfatizar a intervenção da minha colega Rita Andrade, a Câmara foi eleita, tem o seu programa e nós, como oposição, estamos aqui para verificar o seu cumprimento. Em

acessibilidade, centralidade e *interland* o montante executado para este ano foi zero; crescimento económico e melhoria da competitividade, montante executado, zero; inovação e empreendedorismo, montante executado, zero; captação de investimento externo - o meu preferido - montante executado, zero.

Lembro que este executivo camarário vai com 3 anos de mandato e terá que trabalhar muito para captar algum investimento externo. Agricultura, pescas e produção local, montante executado, zero; revitalização das freguesias rurais, montante executado mil euros, o que dá 50 euros por freguesia, insuficientes até para um executivo de freguesia ir jantar fora e foi cortado o montante para a melhoria da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Não deve haver coxos nem mancos no concelho porque só foram executados 191 euros.

Apesar de todos os méritos e virtudes que o senhor presidente da Câmara atribui, tem aqui um grave problema político porque a grande maioria das suas promessas não foi cumprida após 3 anos mandato.

Sr. presidente da Câmara: – O senhor deputado faz uma análise contabilística muito interessante. O que estamos a executar não é uma questão contabilística. O senhor diz que não se fez nada no que respeita à acessibilidade mas convido-o a passear na rua e a reparar no trabalho que se fez nas passadeiras elevadas e nos buracos que foram tapados.

Não me lembro de qualquer outra Câmara ter desenvolvido tanta atividade como nós na captação de investimento externo. Há uns meses os senhores diziam que tínhamos um orçamento de 5 euros nas inscrições das GOP; se tivéssemos executado, teríamos 100% de execução mas mantemo-las como objetivo. A verdade é que os municípios veem as coisas feitas e se os senhores olharem de roda também verão porque o trabalho e a contabilidade do município estão claramente à vista.

Temos contas equilibradas e um município mais forte do ponto de vista financeiro. Fizemos cinquenta vezes mais obras do que o seu partido quando tinha maioria e o senhor era vereador. Pense nisso, faça um exame de consciência e veja-se ao espelho.

Já agora, por falar em obras, informo que a D. Maria regressou devidamente restaurada. Apresento-vos a D. Maria.

Comentários impercetíveis do senhor d. m. Artur Lima sobre um programa de rádio diário.

Sr. presidente da Câmara: – Parece que o senhor agora é dono de uma rádio, pode fazer o programa.

Sr. d. m. Artur Lima: – Qual é a rádio?

Sr. presidente da Câmara: – Não sei, não conheço. Estava a brincar. Era uma questão de comediante.

Sra. d. m. Rita Andrade: – O senhor presidente da Câmara não respondeu à minha questão relativa à dívida de cobrança duvidosa de 942 mil euros. Acho importante que conste em ata porque é preciso esclarecer se há perdão de dívida ou execução judicial.

Agradeço o documento referente às contas das Sanjoaninas. Nestes quadros de 2013, 2014 e 2015 não consigo ver onde se gastou o dinheiro e quanto se recebeu porque não está discriminado. Este documento tem uma página e meia de Sanjoaninas, um gráfico de queijo e um gráfico que compara os anos 2013, 2014 e 2015 quando o senhor presidente disse que não seriam comparáveis. Não conseguimos ver onde foi gasto o dinheiro e a que se referem estes 92 mil euros de receitas.

Sr. presidente da Câmara: – Faremos chegar todos os documentos necessários para que analisem as contas e esse dinheiro tem essencialmente origem no aluguer dos espaços.

Temos um conjunto muito alargado de dívidas provenientes da habitação social e todas as que justifiquem a via judicial seguirão esse caminho enquanto decorrerem os respetivos prazos. Este valor corresponde ao existente no dia da transição do ano, o que significa que algumas destas dívidas podem não estar vencidas e não as vamos perdoar a ninguém.

Fica a minha garantia de que todas as dívidas serão cobradas coercivamente sempre que isso se justifique e seja possível. Infelizmente, no caso da habitação social, a maior parte das pessoas não tem condições para pagar tudo de uma vez e as dívidas vão-se arrastando. A cobrança tem sido muito difícil à autarquia porque estamos a falar de uma miríade de pequenas dívidas com quantias difíceis de cobrar, em muitos casos associadas às situações sociais que todos conhecemos.

Sr. d. m. João Santos: – Para repor alguma justiça no que foi dito, podem ser feitas muitas críticas e sabemos que nem tudo está pronto mas, relativamente à dedicação à adaptação do centro urbano da cidade a pessoas com mobilidade reduzida, não se podem atirar pedras à Câmara.

Uma senhora que dá pelo nome de Ada Ballano e é a alcaldesa de Barcelona, referiu numa conferência de imprensa que a adaptação de uma cidade a pessoas com mobilidade reduzida é dos trabalhos mais difíceis e complicados de um executivo camarário porque exige recursos e tempo. Aceito que me diga que há ainda muito por fazer mas é injusto afirmar que essa não seja uma preocupação da Câmara de Angra.

Quanto aos 3 anos de mandato deste executivo, deixemos passar o tempo e que sejam os angrenses a fazerem o julgamento.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Há 7 anos, Angra era considerada a melhor cidade para se viver, hoje nenhum município dos Açores consta na lista desse ranking e não vejo esforços para se tornar Angra numa cidade mais apetecível e mais fácil em termos de mobilidade. Uma cidade onde as pessoas com mobilidade reduzida não possam vir à rua, não será seguramente uma das melhores cidades para se viver.

É impossível o trabalho de análise dos grupos municipais ao relatório de contas porque o senhor presidente da Câmara refere que certas rubricas não podem ser comparáveis. O ano passado disse-nos que conversaríamos depois de junho e hoje veio com a mesma conversa. Entretanto, mudou a forma como faz a contabilidade das Sanjoaninas e diz que já não podemos comparar porque existem fórmulas contabilísticas completamente diferentes.

No fundo temos que acreditar na palavra do senhor presidente que nos apresenta um relatório de contas e garante que não houve défice, que deu lucro, etc. Não quero saber do que o senhor garante; quero que me apresente um relatório de contas onde possa fazer o meu juízo, avaliar o seu desempenho e comparar a despesa com a receita, coisa que nunca acontece. Está claríssimo que o senhor acha que a prestação de contas é aumentar a burocracia; não foi o que disse há pouco? Que isto dos relatórios só servia para aumentar a burocracia?

Sr. presidente da Câmara: – O relatório dos ratos e não das contas.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O senhor disse o mesmo em relação aos relatórios do trânsito. Sempre que deve ser apresentado um relatório com números, é uma burocracia. O senhor prefere uma avaliação empírica com os tais tracinhos, não é verdade?

Há uns tempos, quando decidiu apresentar a contabilidade de forma diferente, criou centros de custos em nome de uma transparência e agora apresenta um relatório de contas que diz o seguinte: «*Fez-se a análise detalhada de alguns centros de custo, não sendo possível analisar individualmente mais centros em virtude da lista ser muito extensa.*» É com um relatório destes que vamos avaliar o seu desempenho? Está tudo dito.

Sr. presidente da Mesa: – Relativamente ao relatório que a senhora deputada leu, deve ter havido um lapso porque deveria estar aí referido o município de Velas como um município onde vale a pena viver.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – É a página 60 do relatório para quem quiser ler e não percebi a sua referência ao município de Velas, senhor presidente.

Sr. presidente da Mesa: – Eu disse que Angra tinha deixado de constar da lista dos municípios onde vale a pena viver.

Voz não identificada: – Porquê Velas?

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Porque foi considerado um bom município para se viver.

Sr. presidente da Mesa: – Exato. Pode ter melhorado nos últimos tempos, não acha? Foi uma apreciação eventualmente mal feita de quem analisou porque analisou mal. Se se esqueceram das Velas, poderão ter-se esquecido também de Angra.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – No decurso destes debates o senhor presidente da Câmara tem terçado armas e picardias com o senhor deputado Artur Lima mas houve uma, que terá sido usada para ter graça, que acabou por me incomodar um bocadinho quando o senhor presidente da Câmara referiu que o senhor deputado Artur Lima era dono de uma rádio. Tentei perceber a que rádio aludia e imaginei que seria à Rádio Clube de Angra. Informo-o que faço parte da direção dessa rádio, não me considero propriedade do senhor doutor Artur Lima e quando achar que o seja, demito-me.

Sr. presidente da Câmara: – Fico à espera desse dia, senhor deputado.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Também faço parte da direção da rádio e nunca o acusámos de ser dono de uma rádio quando o seu vice-presidente fazia parte da direção durante vários anos, senhor presidente. O senhor deve ter algum decoro e tem que respeitar as pessoas assim como é respeitado. É de pouca lisura da sua parte trazer aqui este assunto.

Sr. d. m. Artur Lima (para uma interpelação à Mesa): – Presumo então que sou dono da Rádio Clube de Angra.

Sr. presidente da Câmara: – Não; é dono do rádio do seu carro.

Sr. d. m. Artur Lima: – Senhor presidente da Câmara, acho a sua intervenção de uma enorme deselegância e de uma cobardia de elevada dimensão porque há brincadeiras que têm limites. Como nos conhecemos há muitos anos, admito-lhe alguma latitude e liberdade de mandar alguns piropos mas o senhor excedeu-se com esta da rádio. Não sou sócio e nada tive a ver com a Rádio Clube de Angra nem com esta nova direção. Bom, pelos vistos fiquei com mais uma propriedade e é preciso não esquecer de a declarar às finanças para não ser investigado.

Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, os Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano 2015 foram aprovados por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.3 – Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2015, para apreciação e votação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais apresentam os seguintes resultados:

Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** 9 085 376,62 € (nove milhões, oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos).

- **Proveitos e Ganhos:** 9 275 544,30 € (nove milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** 190 167,68 € (cento e noventa mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

Fluxos Financeiros:

- **Saldo da gerência anterior:** 194 447,18 € (cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e dezoito cêntimos).
- **Recebimentos:** 8 359 179,77 € (oito milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, cento e setenta e nove euros e setenta e sete cêntimos).
- **Pagamentos:** 6 259 617,15 € (seis milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e dezassete euros e quinze cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 2 294 009,80 € (dois milhões, duzentos e noventa e quatro mil, nove euros e oitenta cêntimos).
- **Execução orçamental:** 2 243 436,82 € (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis euros e oitenta e dois cêntimos).
- **Operações de Tesouraria:** 50 572,98 € (cinquenta mil, quinhentos e setenta e dois euros e noventa e oito cêntimos).

De acordo com o disposto no ponto 2.7.3.4 do POCAL, no Relatório de Gestão é proposto que o resultado líquido do exercício de 2015, no valor de 190 167,68 € (cento e noventa mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), seja transferido na totalidade para a conta 51 “Património”.

Os Documentos de Prestação de Contas foram organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da Resolução n.º 4/2001 de 18 de agosto, alterada pela Resolução n.º 26/2013 de 21 de novembro e ser-lhe-ão remetidos, nos termos do n.º 4 do ponto 2 - considerações técnicas, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e do n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97 de 26 de agosto.

Postos à votação, os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo referentes ao exercício de 2015 foram aprovados por maioria com 30 votos a favor (24 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.4 – Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2015 cujo total é de 112 616 648,49 € (cento e doze milhões, seiscentos e dezasseis mil, seiscentos e quarenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos), a fim de ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea I), n.º 2, artigo 25.º da Lei n.º 75/20163 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – O ano passado fizemos algumas aquisições de algum peso e recebemos dos Serviços Municipalizados a transferência das bolsas do aterro que agora estão a ser transferidas para a TERAMB.

Chamo a particular atenção para a mancha significativa de terrenos adquiridos pelo município a norte do cemitério da Conceição e de um conjunto de espaços necessários para correções de estradas e outras melhorias desse tipo.

Embora indiretamente, houve neste período uma grande melhoria no património municipal, já que somos donos de 60% da CVE, e estamos a falar em cerca de 36 milhões de euros que enriqueceram significativamente o município.

Não se registaram mais intervenções. O Inventário foi apreciado.

1.5 – Segunda Revisão ao Orçamento e GOP'S de 2016 da Câmara Municipal no valor de 3 483 673,18 € (três milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e três euros e dezoito cêntimos) para aprovação da Assembleia Municipal nos termos do Ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Se o senhor presidente da Mesa permitir, falaria dos dois pontos seguintes que são conexos. Estamos simplesmente a reinscrever, sem qualquer alteração de substância nos sítios em que estavam previstas, as verbas resultantes das transições de saldo. A única nota tem a ver com os Serviços Municipalizados que não colocaram integralmente toda a verba transitada. Ficaram cerca de 700 mil euros numa reserva que serão depois inscritos quando determinarmos se é possível este ano proceder às alterações ao sistema de esgotos em Angra. Esse valor não desapareceu, está simplesmente numa reserva para esse fim.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Os documentos provenientes dos Serviços Municipalizados chegam-nos digitalizados e convertidos em PDF com vantagens e desvantagens; há dificuldades de leitura nalguns casos mas são mais fidedignos sem problemas de *software*.

O relatório de gestão da Câmara com 79 páginas tem o tamanho de 8 ou 9 Mb, enquanto o documento dos SMAH com o dobro das páginas, tem 60 Mb, o que trará algumas dificuldades de transferência a quem possua uma ligação à internet mais lenta.

Após termos falado no assunto na última sessão da Assembleia Municipal, verifiquei que os documentos da Câmara nos chegam convertidos diretamente para PDF mas penso que um dos problemas do *software* será na conversão dos documentos originais na própria Câmara.

Embora os ficheiros tenham melhor qualidade e menor tamanho, alguns gráficos ficam pretos e desaparecem algumas coisas. Para tentar ajudar, penso que se tenha que verificar a conversão dos documentos para PDF porque aí reside o problema. Deve haver também algum cuidado na sua digitalização porque, relativamente à mensagem do conselho de administração, aparece na página 5 uma nota numa transparência amarela que me parece não dever constar.

Passando à análise propriamente dita dos documentos, na Ordem de Trabalhos são referidos 1 364 000 euros no valor da despesa. Há realmente 2 248 216 relativos à receita mas depois aparece uma outra receita de 34 500 que não sei se deveria constar porque, sendo assim, a soma daria outro valor de 2 282 000 se entrarmos em linha de conta com: «*Região autónoma dos Açores – receitas de capital*». Posso estar a ver mal e gostaria de ser esclarecido.

Sr. presidente da Câmara: – Refere-se à página 70 do relatório? Na segunda página do documento submetido à Assembleia Municipal, antes do Ponto 1.3 da Ordem de Trabalhos, existe uma nota a indicar que esse valor está errado e deve ser corrigido.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – No Plano Plurianual de Investimentos soma um aumento de despesa de 1 364 900 como consta na Ordem de Trabalhos mas no orçamento há um reforço de 1 537 000. Pergunto porque não estão lá os 1 537 000 do orçamento que correspondem a 1 467 000 mais os 70 mil.

Sr. presidente da Câmara (após consultar o Dr. João Pedro Cardoso): – O que está correto nas tabelas são os tais 700 mil euros que eu referia há pouco mas não está certo na Ordem de Trabalhos. O valor correto é o que está na tabela. Falta aí dinheiro que não está inscrito. O valor correto é o que consta do documento previsional que deve ser corrigido na Ordem de Trabalhos.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – A página 1 da Revisão do Orçamento dos Serviços Municipalizados refere: «*Plano Plurianual de Investimentos, modificações.*» Reforça, segundo o que está somado, os 1 364 900 o valor da Ordem de Trabalhos.

Na página 3 de 3 «*Modificação do orçamento, despesa, reforço*» há um valor que não tem a ver com aquele valor de capital e soma 1 537 000. De onde vêm estes 1 537 000? Se se trata de um reforço para somar aos 1 364 000 teremos um aumento de despesas em reforço de 2 901 000, superior ao que estava previsto na receita. Se estou a ver mal é porque não percebo a modificação do orçamento na página da revisão.

Sr. presidente da Câmara: – Há aqui valores que não somam diretamente porque há agregados e devem ser apenas somados os valores que se encontram ao pé de cada um dos traços. É este o valor correto e não o que está no documento. Esse problema surgiu na reunião de Câmara e chamámos a pessoa responsável pela contabilidade dos SMAH que nos esclareceu. Está correto o que está na tabela e o valor que deve constar da nossa ata é o que consta do documento em causa.

Não se verificaram mais intervenções. Posta à votação, a Segunda Revisão ao Orçamento e GOP'S de 2016 da Câmara Municipal constante do Ponto 1.5 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (6 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.6 – Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2016 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, no valor da despesa de 1 537 000,00 € (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil euros) e na receita de 2 248 216,38 € (dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e dezasseis euros e trinta e oito cêntimos) para aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sem que se registassem mais intervenções e posta à votação, a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2016 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.6 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (23 do PS, 5 do PSD e 1 do d. m. independente) e 9 abstenções (6 do PSD e 3 do CDS-PP).

1.7 – Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. vereador Guido Teles: – Cumprimento o senhor presidente e restantes membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara, os senhores vereadores e os senhores membros da Assembleia.

Trata-se de uma pequena alteração ao regulamento mas com efeitos importantes. Por deliberação do Conselho Municipal de Juventude, prevê-se a possibilidade de admissão de entidades com a sua atividade na área da juventude que não estão previstas na composição inicial. Esses grupos, que não estejam formalmente constituídos e possuam capacidade de aglomeração de jovens no concelho, podem requerer a sua admissão ao Conselho Municipal de Juventude com direito a voto, admissão essa sujeita à aprovação do Conselho.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Não temos nada contra esta inclusão mas existe uma questão de pormenor. A não ser que eu tenha visto mal, o orçamento participativo da juventude foi reduzido de 50 mil para 10 mil euros no orçamento para 2016; é o que está inscrito em Plano. Se vamos incluir mais gente a participar no orçamento municipal para a juventude, diria que deveria haver um reforço do orçamento e não o contrário.

Sr. vereador Guido Teles: – Na sequência do que foi aprovado pela Câmara Municipal no final do ano passado a verba definida é de 50 mil euros. De facto, no orçamento aprovado em

primeira instância, estava inscrita a verba de 10 mil euros que foi aumentada para 50 mil com o reforço orçamental na sequência do que foi aprovado nesta sede e comunicado a todos os membros do Conselho Municipal da Juventude.

Sr. d. m. João Tavares: – Muito boa tarde a todos. Não tenho nada contra a participação desses novos grupos mas, em nome de quem serão atribuídas essas verbas? Receio que se abram precedentes, daí o meu voto de abstenção.

Sr. vereador Guido Teles: – Esta alteração foi sobretudo pensada com base num requerimento que nos foi apresentado por um grupo de jovens do Raminho e esse pressuposto será analisado em Conselho Municipal de Juventude para aprovação. Nesse caso seria a paróquia a solicitar o apoio e a fornecer os seus dados para efeitos de transferência das verbas, implicando posteriormente a apresentação de um relatório das atividades para que se possa controlar a atribuição e gestão dos fundos públicos transferidos.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Parece-me haver aqui um problema de números. Convido o senhor vereador Guido Teles a consultar o nosso computador porque tenho aqui aberto o documento do balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e programas para o ano 2016 onde é referido na página 12 que o orçamento participativo da juventude está definido em 10 mil euros. Estou a fazer a minha intervenção com base nos documentos que a Câmara me fornece.

Sr. vereador Guido Teles: – Por um lapso de inscrição orçamental só estão definidos os 10 mil euros. No entanto, com a inscrição da verba, com esta alteração orçamental e estando aberta a rubrica, faremos de imediato uma revisão orçamental para a inclusão de mais verba nessa rubrica.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude constante do Ponto 1.7 foi aprovada por maioria com 39 votos a favor (23 do PS, 11 do PSD, 4 do CDS-PP e 1 do d. m. independente) e 1 abstenção do Partido Socialista.

1.8 – Acordo de Geminção entre as Cidades de Angra do Heroísmo e Funchal. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Sugiro ao senhor presidente da Mesa a discussão dos dois pontos seguintes. As duas geminações têm razões e lógicas diferentes. A geminação com o Funchal, com quem partilhamos muita história, é extremamente honrosa para nós por se tratar de uma cidade de referência nesta zona do Atlântico.

A nossa diocese nasceu do desmembramento da arquidiocese do Funchal e estamos assim a reestabelecer um laço muito importante. Tive a oportunidade de falar desta matéria com o senhor presidente do Governo Regional da Madeira quando cá estive e também com o senhor presidente da Câmara Municipal do Funchal.

A proposta de geminação com a cidade de Alenquer foi formulada na sequência, por pessoas ligadas à diocese, e tem a ver com o culto do Espírito Santo que ainda sobrevive com alguma pujança naquela cidade. Há uma relação história por via de Tomar e do priorado que se manteve esquecida no Espírito Santo de lá e vamos tentar reatá-la porque é importante para a nossa cidade, uma relação através das facetas mais marcantes do nosso povo.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Lembro que alguém terá dito que é uma chatice quando alguém se quer geminar connosco e não aceitamos. Compreendo inteiramente que seja desagradável a rejeição de um convite de geminação mas defendo que estas geminações deverão trazer algum benefício para a nossa cidade.

Foi apresentado o argumento de que teremos muito a aprender com o Funchal em termos de turismo e eles poderão aprender connosco no que toca à recuperação de património. Espero que esses mecanismos sejam postos em prática para obtermos algum retorno além de umas viagens aqui e acolá porque a conta das geminações deste ano já vai em 13 500 euros.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Em princípio não tenho nada contra geminações e a geminação com o Funchal deveria ter acontecido há muito tempo por razões históricas, porque estas foram as duas principais cidades do Atlântico no período da expansão. A diocese do Funchal ficou de certa forma empobrecida com a criação da diocese de Angra e temos dois regimes autonómicos na Madeira e nos Açores. Fico pasmado como é que as câmaras nunca se lembraram de uma geminação com o Funchal em 40 anos de democracia e esta já deveria ter acontecido praticamente desde o início por razões afetivas e históricas.

Sr. presidente da Câmara: – Estamos então a corrigir um erro histórico.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Ainda bem. Quanto à geminação com a cidade de Alenquer nem me quero pronunciar...

Sr. presidente da Câmara: – Essa é mais teológica, senhor deputado.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Perante argumento de tão grande peso não digo mais nada mas peço alguma prudência e cautela com as geminações senão qualquer dia mais vale fazermos uma geminação com todas as cidades do mundo inteiro; assim resolve-se o problema e evita-se a sobrecarga da nossa agenda de trabalhos.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Acordo de Geminação entre a cidade de Angra do Heroísmo e a cidade do Funchal constante do Ponto 1.8 foi autorizado por unanimidade.

1.9 – Acordo de Geminação entre as Cidades de Angra do Heroísmo e Alenquer. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea t) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

O Acordo de Geminação entre a cidade de Angra do Heroísmo e a cidade de Alenquer constante do Ponto 1.9 foi autorizado por unanimidade.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Proponho um voto de congratulação ao clube Os Marítimos de S. Mateus pela vitória do campeonato de ilha e da taça de ilha, uma prova merecedora de reconhecimento.

Sr. presidente da Mesa: – Normalmente a Mesa admite todos os votos de Congratulação, de Louvor, de Saudação ou de Pesar mas este não chegou cá; faça o favor de o fazer chegar à Mesa.

Sr. d. m. Artur Lima (para uma interpelação à Mesa): – Não nos opomos a este voto. A Mesa tem aceitado esse tipo de votos e bem, mas normalmente são apresentados no início dos trabalhos e não como uma reação a outro voto aqui apresentado. Os Marítimos de S. Mateus, de quem gosto muito, mereciam algo mais digno e estruturado do que um voto com três linhas e estranhámos o tempo e o modo como foi apresentado.

Sr. presidente da Mesa: – Para fundamentar as coisas de outra forma vou solicitar ao proponente deste voto que o apresente na próxima sessão da Assembleia Municipal no mês de junho.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Retiro o voto uma vez que estão a competir também ao nível de S. Jorge e Graciosa. Voltarei a apresentá-lo melhor fundamentado mas esclareço que nada tem a ver com o voto do Lusitânia, com o qual também simpatizo, e não pretendo criar problemas a ninguém.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Sem querer retirar o mérito à vitória de um campeonato de ilha parece-me que se está a banalizar os votos de congratulação. Uma coisa é ganhar um prémio regional, nacional ou internacional, outra coisa é uma prova ao nível da ilha que terá que ser ganha por alguém de cá. Daqui a nada estamos a apresentar votos de congratulação ao vencedor da corrida de carrinhos de ladeira na Canada de belém.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Poderiam ser consultados os serviços desportivos da Câmara e elaborar-se um voto de louvor a todos os vencedores de campeonatos de ilha em todas as modalidades desportivas.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Voto de Saudação pelos 25 anos do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Congratulamo-nos com a apresentação deste voto merecido pelo Centro Social e Paroquial da Ribeirinha nas comemorações das suas bodas de prata; contudo, não desmerecendo o seu conteúdo e muito menos a instituição a quem se destina, deixo uma pequena ressalva porque o documento que nos foi entregue é o voto do grupo parlamentar do Partido Socialista apresentado na Assembleia Legislativa Regional. O cabeçalho do documento deveria ter sido alterado como forma de respeito para com a dignidade desta Assembleia.

Sr. presidente da Mesa: – O que está mal nesta impressão é o papel timbrado e não o texto. Não posso admitir o erro porque houve um lapso do senhor deputado municipal que enviou o texto do voto em papel timbrado do grupo parlamentar, o que não devia ter acontecido.

Sr. d. m. Artur Lima: – Não afirmei que a responsabilidade é sua, senhor presidente. Considero haver aqui um erro grave, a responsabilidade é do preponente e é preciso haver algum cuidado.

Não havendo mais intervenções e posto à votação, o Voto de Saudação constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

3 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PSD E DO CDS-PP

3.1 – Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia pela conquista do título de Campeão de Futebol dos Açores, época 2015-2016.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Senhor presidente da Assembleia, fiquei um pouco confuso em relação a este Voto de Louvor, embora compreenda duas razões para a nossa pressa. Em primeiro lugar, queremos ir almoçar; em segundo, acho que nos esquecemos que este voto não terá sido distribuído aos colegas deputados que votaram por uma afetividade desportiva porque não leram o conteúdo da proposta, mas tudo bem, subscrevo-o inteiramente.

Sr. presidente da Mesa: – Quando os documentos são distribuídos às direções dos grupos municipais é suposto que informem os seus pares.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Louvor ao Sport Club Lusitânia foi aprovado por unanimidade.

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. d. m. Vasco Capaz: – Se o senhor presidente da Assembleia me autorizar, gostaria de lembrar que na próxima segunda-feira celebra-se mais um aniversário do 25 de abril, uma data muito expressiva para nós portugueses e sobretudo para aqueles que são contemporâneos dessa

ocorrência. Lembro que dessa revolução resultaram o poder regional que tanto estimamos e o poder local que exercemos com todo o carinho e empenho.

Sr. presidente da Mesa: – Como tem sido norma desde há uns anos, a sessão de junho decorre numa das freguesias rurais à noite, o que não tem significado uma maior participação dos cidadãos da freguesia. Se não houver discordância por parte dos senhores deputados, sugiro que a sessão de junho decorra como é hábito numa freguesia rural mas no horário normal a partir das 09H30. Farei chegar aos senhores líderes parlamentares o resultado do sorteio que será efetuado entre as freguesias que ainda não foram contempladas.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13H06 do dia 22 de abril de 2016, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz